



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA

E-mail: gabinete@california.pr.gov.br

CNPJ/MF Nº 75.771.279/0001-06

Rua 17 de dezembro, 149 – Caixa Postal 15 – Telefone (43) 3429-1242

CEP: 86820-000 – Estado do Paraná

OF/GP/Nº 532/2025

Califórnia, 24 de outubro de 2025.

DO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR.

AO: PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR, SR. NEUCI VENÂNCIO.

Assunto: Resposta ao Ofício nº 108/2025/GPC - Manifestação em resposta acerca do Requerimento nº 26/2025.

Prezado Senhor Presidente:

Venho por meio deste apresentar resposta ao Requerimento nº 26/2025 apresentado por esta Casa de Leis. Desde já, agradeço o empenho dos nobres em colaborar com a administração de nosso Município.

Em relação à reforma da Praça José Alves Vicente, esta se mostrou necessária para promover melhorias, em especial, aos edifícios públicos que a circundam. Como se mostra em sua matrícula em anexo, a praça se encontra no mesmo lote que o Centro Municipal de Saúde e que o CMEI Agenor de Mattos.

Ocorre que, durante o presente ano, tanto a Secretaria de Educação, quanto a Secretaria de Saúde, encaminharam solicitações de providências quanto a necessidades, que envolviam a situação da Praça José Alves Vicente, conforme se pode perceber nos ofícios em anexo.

Diante disso, a Administração tomou a decisão de promover as devidas alterações que atendessem ambas as solicitações, as quais, por se tratarem de melhorias, dispensa autorização legislativa, conforme rege o artigo 96 da Lei Orgânica Municipal. Para maiores informações quanto ao projeto da obra, poderão os membros desta Casa de Leis acessar ao Departamento de Engenharia da Prefeitura para maiores informações e esclarecimentos.

Com relação ao corte de árvores, essa se mostra amparada legalmente, conforme Instrução Normativa nº 42 do Instituto Água e Terra – IAT, requerimento para retirada e requerimento de mudas.

Em se tratando da Biblioteca Cidadã Mauro Pazini, a mudança do uso do imóvel se justifica para atender às solicitações da





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA

E-mail: gabinete@california.pr.gov.br

CNPJ/MF Nº 75.771.279/0001-06

Rua 17 de dezembro, 149 – Caixa Postal 15 – Telefone (43) 3429-1242

CEP: 86820-000 – Estado do Paraná

Secretaria de Educação e Secretaria de Esportes, em anexo. Diante da mudança, se busca um melhor atendimento às necessidades do Município, favorecendo o acesso à cultura e ao esporte.

Tal mudança não possuiu autorização legislativa por não exigir tal iniciativa, haja vista, tratar-se de competência exclusiva do Chefe do Executivo.

Cumpre esclarecer que, a Biblioteca Cidadã continua em pleno funcionamento junto à sede do Clube Irmão Caçula, oportunizando um maior e melhor acesso aos alunos e à população.

Com relação ao antigo Centro de Eventos, o qual está passando por reforma para se tornar sede do Pátio de Máquinas, este possuiu autorização legislativa para tal mudança, através da Lei nº 2.141/25, à qual abrange os 21.843,26m² de sua matrícula em anexo. Em que pese, haver autorização legislativa, a Administração informa que nada tem a ver com qualquer alteração da referida pista de laço.

Sendo este nosso posicionamento e certos da compreensão desta Casa de Leis, renovamos o voto de estima e consideração.

Atenciosamente,

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Exmº Senhor

NEUCI VENANCIO

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS

MUNICÍPIO E COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

Mauro Pinto de Andrade

Original

Denis Lourivaldo Corrêa
Oficial Designado

Wilson Pires Junior
Escritor



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

LIVRO Nº 02 - REGISTRO
GERAL

MATRÍCULA
15.944

FICHA
1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MARILÂNDIA DO SUL - PR

Marilândia do Sul, 14/Novembro/2011

IMÓVEL: LOTE REMANESCENTE DO LOTEAMENTO "LARGO SÃO FRANCISCO", denominado de PRAÇA SÃO FRANCISCO, com a área de 3.086,00m², situado no Loteamento "LARGO SÃO FRANCISCO", no quadro urbano da cidade e município de Califórnia, nesta comarca de Marilândia do Sul, PR, com as seguintes divisas, confrontações e metragens: "FRENTE para a Av. Silvio Pedra Ramos, mede-se 26,20mts; aos fundos com o Lote nºs. 07,08,09, 16-A e 16, mede-se 63,00mts; de um lado com o Lote nºs. 10, 11 e 06, mede-se 37,50mts, 12,50mts, 5,40mts, 8,00mts, 8,00mts, e 22,20mts, e, finalmente com o calçamento da Rua Miriam Marçal e o Lote "A", mede-se 15,00mts, 13,80mts, e 57,50mts".- (Augusto Ciskoski, Engº Civil, Crea PR.12.675-D).-

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, pessoa jurídica de direito público interno, insc. no CNPJ nº.75.771.279/0001-06, neste ato legalmente representado pelo Prefeito, Sr. Amauri Barichello, CI.RG.nº. 3.254.404-5-PR e CPF.nº. 478 344 399-87, bras., casado, res/na cidade de Califórnia, PR.

PROTOCOLO nº. 57.774, aos 19/10/2011, d/Ofício.

TÍT.ANT: Transcrição nº. 7.046, L.3-H, d/Ofício. Dou fé. Eu,

[Assinatura]
Denis Lourivaldo Corrêa
Oficial Designado



CERTIDÃO

A presente certidão é cópia fiel da ficha original arquivada neste Ofício em conformidade com os termos do artigo 19 (1º) da Lei 6015 de 31 de dezembro de 1966.

Marilândia do Sul, 14/11/2011.

[Assinatura]
Denis Lourivaldo Corrêa
Oficial Designado


MEMORIAL DESCRITIVO

Memorial descritivo do lote denominado Remanescente do Loteamento, Largo São Francisco, com 3086,00 metros quadrados, (transcrição nº 7.046), situado no Quadro urbano da Cidade e Município de Califórnia, Comarca de Marilândia do Sul, Paraná.

Dentro das seguintes divisas e confrontações:

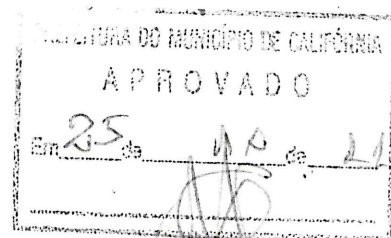
Frente para a Av. Silvio Pedra Ramos ----- 26,20 m
Aos fundos com o lote n.ºs 07, 08, 09, 16-A e 16 ----- 63,00 m
De um lado com o lote nº 10, 11 e 06 -----
-----37,50m, 12,50, 5,40, 8,00, 8,00 e 22,20 m
E finalmente com o calçadão da Rua Miriam Marçal e o lote - A
----- 15,00 m, 13,80 m e 57,50 m

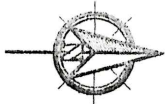
Califórnia, 29 de junho de 2011.


SEBASTIÃO LAUREANO DA CRUZ
TOPOGRAFO

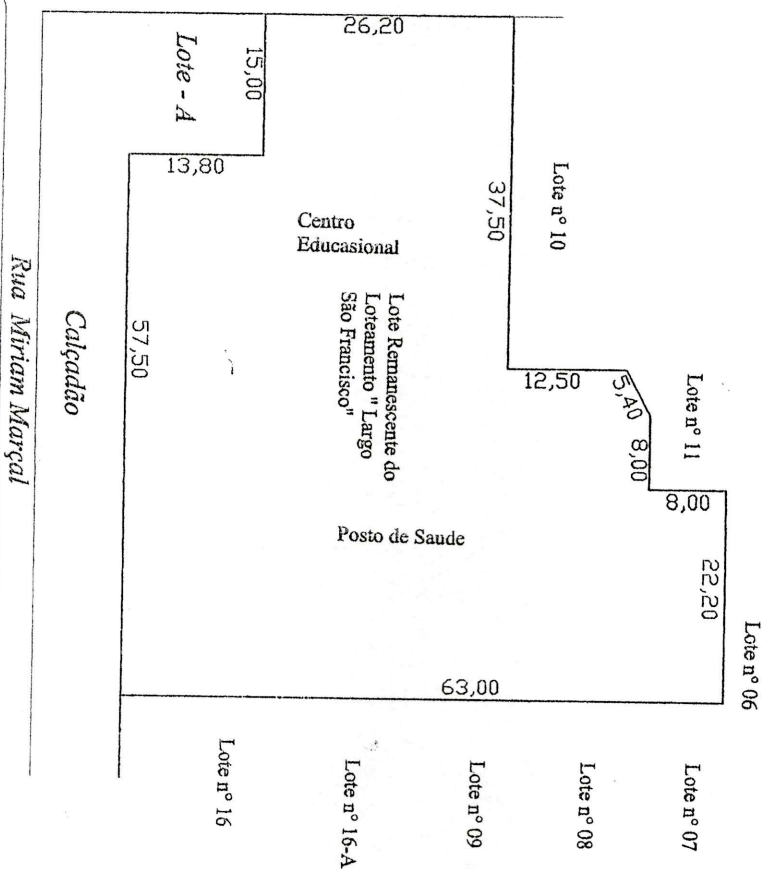
RESPONSÁVEL TÉCNICO


Augusto Ciskoski





Av. Silvio Pedra Ramos



Situação Atual :

Planta do lote remanescente, denominado Loteamento "Largo São Francisco", com 3.086,00 m², situado no Quadro urbano da Cidade e Município de Califórnia, Comarca de Marilândia do Sul, Paraná.

Califórnia, 29 de junho de 2.011.

SEBASTIÃO LAURLANO DA CRUZ
TOPOGRAFO

Técnico :

Augusto Cichoski
Eng.º Civil
CREA-PR 12.675-D
CPF 324.823.889-53

APPROVADO

Em 25 de 11

Eng.º Civil
CREA-PR 12.675-D
CPF 324.823.889-53

Escala ---- 1 : 800



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
E-mail: secretariasau@california.pr.gov.br
Fone: (043) 3429-1876 e (043) 3429-1975
Rua Miriam Marçal, 442 – Praça José Alves Vicente – Centro
CEP 86820-000 – Califórnia - Paraná



Ofício nº 749

Califórnia, 06 de maio de 2025

Sr Prefeito

Solicitamos, por meio deste, a realização de um Estudo de Caso e de Viabilidade Técnica para a criação de um acesso alternativo ao estacionamento interno do Centro Municipal de Saúde (CMS).

Justificativa da Necessidade

A criação de um novo acesso é crucial para a segurança operacional da unidade de saúde, devido à recorrência de bloqueios na atual entrada do estacionamento.

Frequentemente, a Ambulância do SAMU ou outros veículos de emergência permanecem estacionados na área frontal à porta da Sala de Emergência, o que impossibilita ou restringe severamente a entrada e a saída de outros veículos (incluindo ambulâncias de transporte e veículos de apoio) no pátio interno do CMS.

Proposta de Solução

Sugere-se que o estudo de viabilidade analise a criação de um acesso alternativo através da área adjacente à Praça José Alves Vicente, garantindo a fluidez e a segurança no tráfego de veículos de emergência e de serviço da Unidade de Saúde.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar votos de respeito e consideração.

Atenciosamente


ANA PAULA PEREIRA
Secretária de Saúde

Exmo Sr 
PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito
Califórnia - Paraná



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua São Francisco, 84 – Caixa Postal 36 – Telefone (43) 3429-1242 Ramal 235
CEP: 86820-000 – Califórnia – Estado do Paraná

Of. 450/2025

Califórnia, 10 de junho de 2025

Ao: **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**
De: **Secretaria Municipal de Educação**

Assunto: **Providências para garantir a segurança e a integridade das crianças no entorno do CMEI Agenor de Mattos**

Senhor Prefeito,

Considerando que é de amplo conhecimento desta comunidade que a praça em frente ao prédio do CMEI Agenor de Mattos vem sendo utilizada, de forma frequente, por pessoas que consomem bebidas alcoólicas e praticam condutas inadequadas (gritos, brigas, uso de vocabulário ofensivo e necessidades fisiológicas no espaço público), e tendo em vista que muitas das atividades do CMEI — incluindo recreios, aulas ao ar livre e entrada/saída de crianças — ocorrem em locais onde tem-se plena visão dessa praça, vimos por meio deste solicitar providências cíveis e administrativas urgentes a fim de resguardar a integridade física, moral e psicológica das crianças matriculadas e dos servidores da unidade.

Fatos e motivos:


1. Crianças e profissionais da educação vêm presenciando episódios constrangedores e potencialmente perigosos na praça defronte ao CMEI, o que tem causado insegurança e expõe as crianças a riscos físicos e à violação de sua dignidade.
2. Há relatos de consumo de bebida alcoólica em via pública, brigas e atos de indisciplina que ocorrem regularmente no horário de funcionamento da instituição.


Fundamentos jurídicos:


1. Constituição Federal — Art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer... e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". (CF/88, art. 227).
2. Constituição Federal — Art. 6º e Art. 144: natureza de direito social e a segurança pública como dever do Estado, devendo ser preservada a incolumidade das pessoas e a ordem pública. (CF/88, arts. 6º e 144).
3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo direitos fundamentais relacionados à saúde, à educação e à proteção contra situações que coloquem em risco seu desenvolvimento; prevê ainda mecanismos de atuação dos órgãos públicos (conselho tutelar, requerimento de serviços públicos, entre outros). (Lei nº 8.069/1990).
4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de condições adequadas de acesso e permanência, bem como da integridade dos alunos e profissionais. (Lei nº 9.394/1996, arts. 2º, 3º e 4º).

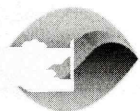
Colocamo-nos à disposição para colaborar na execução das ações que forem pertinentes e para fornecer informações complementares.

Atenciosamente,


Mirene Fátima da Costa Dias
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 019/2025


Mirene F. da Costa Dias
Secretária Municipal de
Educação e Cultura
Decreto 019/2025





INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Súmula: Estabelece os procedimentos para Autorização de Exploração na modalidade Corte de Árvore Isolada no Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022; e

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sob nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

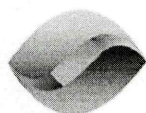
Considerando a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos;

Considerando a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que regula-menta os dispositivos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541, de 11 de abril de 2025, o qual



regulamentou a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024;

Considerando a Lei Estadual nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, que dispõe sobre a Lei Florestal do Estado do Paraná;

Considerando a Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24 de dezembro de 2014, que institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, estabelece critérios e procedimentos sobre o Documento de Origem Florestal – DOF e outras providências;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sob nº 02, de 18 de março de 1994, que define as formações vegetais primárias, bem como os estágios sucessionais de vegetação secundária, com a finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sob nº 300, de 20 de março de 2002, que complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2º da Resolução nº 278, de 24 de maio de 2001;

Considerando a Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 05, de 28 de março de 2008, que define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento de atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná;

Considerando a Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 07, de 18 de abril de 2008 que regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma da Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas;

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para Requerimento de Autorização de Exploração na modalidade Corte de Árvore Isolada no Estado do Paraná.



CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa, serão adotadas as seguintes definições:

- I - Área de Preservação Permanente (APP):** área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, conforme disposições da Lei Federal nº 12.651/2012;
- II - Área rural:** parcela do território, contínua ou não, não urbanizadas, destinadas às atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo, turismo rural e/ou conservação ambiental;
- III - Área urbana:** parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei municipal específica, caracterizada pela edificação contínua e infraestrutura urbana (saneamento, energia elétrica, sistema viário, etc);
- IV - Árvores isoladas:** Situadas fora de fisionomias vegetais naturais, se destacam na paisagem como indivíduos isolados, não havendo contato entre sua copa e outros indivíduos arbóreos nativos ou, quando eventualmente agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas não ultrapassem 0,2 ha. Não é possível identificar a presença de estratos característicos de formações florestais conforme especificações estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 02/1994.
- V - Autorização Florestal:** ato administrativo que regulamenta a exploração, corte ou supressão de vegetação nativa, emitido em conformidade com a legislação ambiental vigente, visando assegurar o uso sustentável dos recursos florestais e a preservação ambiental;
- VI - Autorização de Exploração:** documento emitido pelo órgão ambiental competente, que autoriza o corte ou supressão de vegetação nativa regulamentado pelo ato administrativo da Autorização Florestal (AF);



- VII - Documento de Origem Florestal (DOF):** constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre sua procedência;
- VIII - Floresta Natural:** Conjunto de espécies vegetais que apresenta predominância de indivíduos lenhosos cujas copas se tocam formando um dossel. É um ecossistema estabelecido onde há interação entre os fatores abióticos e a ampla variedade de animais, plantas e demais elementos bióticos desde espécies rasteiras, herbáceas e arbustivas ou arborescentes, conforme especificações da Resolução CONAMA nº 02/1994 ou outra que vier a substituí-la.
- IX - Interesse Social:** as atividades elencadas no art. 3º, IX da Lei nº 12.651/2012 e art. 3º, VIII da Lei nº 11.428/2006;
- X - Reserva Legal:** área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;
- XI - Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR):** plataforma online para cadastro e homologação de atividades florestais a serem exercidas por pessoa física ou jurídica que, por norma específica, necessitem de licença ou autorização do órgão ambiental competente;
- XII - Sinaflor+:** módulo da plataforma SINAFLOR para gestão e monitoramento das autorizações florestais emitidas e, ainda, destinado ao cadastro, análise, emissão, gestão e monitoramento das autorizações objeto de procedimento simplificado em nível nacional para os casos definidos em legislação específica;
- XIII - Utilidade Pública:** as atividades elencadas no art. 3º, VIII da Lei nº 12.651/2012 e art. 3º, VII da lei nº 11.428/2006.



CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA REQUERIMENTO DE CORTE DE ÁRVORE ISOLADA

Art. 3º Os indivíduos requeridos para corte de árvore isolada deverão estar localizados fora de Área de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Art. 4º A autorização para o corte de árvores isoladas nativas vivas de espécie ameaçada de extinção, constante na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante na Lista Oficial do Estado do Paraná, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que ocorra pelo menos uma das seguintes condições:

- I - quando o risco à vida ou ao patrimônio for comprovado por meio de laudo técnico, emitido pelo órgão ambiental, ou pela Defesa Civil ou pelo Corpo de Bombeiros;
- II - exemplares localizados em áreas urbanas consolidadas devidamente licenciadas, com comprovada inexistência de alternativa locacional;
- III - necessárias para a realização de pesquisas científicas;
- IV - necessárias para obras de Utilidade Pública ou Interesse Social, nos termos da Lei.

Art. 5º O requerimento de Autorização de Exploração na modalidade de Corte de Árvore Isolada deverá ser realizado através do SINAFLOR, acompanhado da documentação que abaixo segue:

- I - Requerimento de Autorização de Exploração – RAE, devidamente preenchido e assinado;
- II - Para pessoa jurídica:
 - a) Extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - b) Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
- III - Para pessoa física:



a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

b) Cópia do Registro Geral – RG;

IV - Para representante legal:

a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal e do requerente;

b) Cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;

V - Certidão atualizada, com emissão de no máximo 90 (noventa) dias, da matrícula ou transcrição imobiliária expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, ou outro documento válido que comprove a dominialidade do imóvel, igualmente atualizado nos últimos 90 (noventa) dias, conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025. Caso o imóvel esteja locado ou arrendado, deverá ser apresentado o respectivo contrato de locação ou arrendamento;

VI - Em caso de imóvel com contrato de locação, arrendamento ou comodato, o requerente deverá apresentar a anuência do locador, do arrendante ou comodante;

VII - Declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos, conforme exigência constante no Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025;

VIII - Recibo do CAR ativo (quando imóvel rural);

IX - ITR (se imóvel rural) ou IPTU (se imóvel urbano);

X - Certidão negativa de débitos ambientais válida;

XI - Comprovante de pagamento da taxa ambiental, de acordo com as tabelas e normas estabelecidas, disponível no site do Instituto Água e Terra;

XII - Fotografias georreferenciadas das árvores solicitadas;

XIII - Censo dos indivíduos objetos do requerimento, apresentando, de forma objetiva, as informações coletadas e tratadas, contendo nomenclatura regional e científica, CAP, DAP, HT, HC, G, volume de lenha, volume de tora, coordenadas UTM projeção SIRGAS 2000;



XIV - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, responsável pela elaboração do censo para requerimentos de Autorização de Exploração na modalidade Corte de Árvore Isolada de espécies arbóreas nativas, quando a solicitação contemplar mais de 30 indivíduos arbóreos, ficando vedada a fragmentação da solicitação, sujeito às sanções cabíveis;

XV - Os requerimentos de Autorização de Exploração na modalidade de Corte de Árvore Isolada de árvores nativas acima de 05 (cinco) exemplares e que se localizem em área urbana, deverão ser também instruídos com a devida Certidão do Município quanto ao uso e ocupação do solo;

XVI - Poderá o órgão ambiental competente solicitar, quando julgado necessário, documentação complementar, conforme estabelecido em normativas específicas.

Art. 6º Em qualquer uma das etapas, sendo constatada deficiência de informações, poderá ser emitida pendência técnica, retornando o projeto ao requerente, por meio da plataforma digital SINAFLOR, para atendimento às normas vigentes não observadas ou para complementações de informações.

§ 1º Quando as pendências não forem atendidas no prazo estipulado, haverá o arquivamento do projeto.

§ 2º Mediante solicitação formal e motivada do interessado ao respectivo Escritório Regional, via e-mail ou eProtocolo, poderá ser desarquivado, uma única vez, o procedimento referente à solicitação de autorização de exploração de projetos arquivados há, no máximo, 180 dias.

§ 3º Quando não houver o atendimento pleno de todas as pendências solicitadas e não for apresentada justificativa plausível por parte do interessado, a mesma pendência poderá ser reiterada apenas 1 (uma) vez, seguindo para indeferimento da solicitação caso não haja cumprimento.

Art. 7º Em caso de indeferimento, caberá a apresentação de pedido de reconsideração, o qual deverá ser cadastrado como novo projeto, via SINAFLOR, com a devida



referência ao número de registro do projeto originalmente indeferido.

Art. 8º A análise técnica do procedimento de Requerimento de Autorização de Exploração - CAI, deve ser embasada nos dados e informações encaminhados pelo solicitante, acrescidos de eventuais estudos complementares, bem como vistoria *in loco*.

Parágrafo único. Será emitido Parecer Conclusivo a ser elaborado por Agente Profissional habilitado, conforme respectivo Conselho de Classe.

Art. 9º Caberá ao técnico que realizar a análise do procedimento de Autorização de Exploração – CAI, analisar a Compensação Ambiental, considerando as normativas estaduais específicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO CORTE EVENTUAL DE ESPÉCIES NATIVAS SEM PROPÓSITO COMERCIAL DIRETO OU INDIRETO

Art. 10 Para a exploração eventual de espécies arbóreas nativas sem propósito comercial direto ou indireto poderá ser solicitada Licença por Adesão e Compromisso - LAC, via Sistema de Gestão Ambiental – SGA, nos seguintes termos:

- I - A quantidade máxima de exemplares arbóreos admitidos para o corte nesta modalidade é de 5 (cinco) exemplares, não ultrapassando o volume total de 15m³, por propriedade/ano;
- II - Os exemplares não poderão estar contidos na Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção e/ou na Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná de 1995, salvo o caso descrito no inciso I do Art. 4º desta Instrução Normativa;
- III - Tais exemplares não poderão estar localizados em Área de Preservação Permanente e/ou Reserva Legal;

Parágrafo único. O aproveitamento do material lenhoso proveniente de corte



autorizado conforme o estabelecido no caput, deverá ser realizado exclusivamente na propriedade, não sendo possível transportá-lo para outro local.

Art. 11 A Validade da LAC para o corte eventual de exemplares arbóreos sem propósito comercial direto ou indireto deverá ser de até 30 dias.

CAPÍTULO IV

DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS

Art. 12 A compensação ambiental para os requerimentos de Corte de Árvores Isoladas, de espécies nativas no Estado do Paraná deverá ser realizada da seguinte forma:

- I - A compensação será de 10 (dez) mudas de espécies arbóreas nativas para cada indivíduo a ser suprimido, considerando a mesma ocorrência regional, acompanhado de tratos culturais e eventuais reposições em caso de mortalidade de mudas ou desenvolvimento não satisfatório;
- II - Quando a espécie requerida constar na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado do Paraná, a compensação deverá ser executada com indivíduos da mesma espécie ou, na impossibilidade deste, com outra que esteja incluída nas Listas mencionadas, considerando a ocorrência regional;
- III - Quando em área rural, a compensação deverá ser no mesmo local. Não sendo possível, deverão ser plantadas na mesma Bacia Hidrográfica ou Microbacia, em propriedade de mesma titularidade;
- IV - Quando em áreas urbanas e constatada a impossibilidade da compensação no mesmo local, deverá ser apresentada a anuência da autoridade municipal, a qual indicará o local de plantio, em conformidade com o Plano Municipal de Arborização Urbana. Caso as mudas sejam doadas, será igualmente necessária a apresentação da anuência municipal.

Art. 13 Será firmado Termo de Compromisso para Compensação de Corte de Árvore



Isolada, conforme Anexo I.

Art. 14 A Autorização de Exploração – CAI somente será emitida após formalização de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

§ 1º O Termo de Compromisso para Compensação de Corte de Árvore Isolada devidamente firmado, deverá ser anexado no SINAFLOR, antes da emissão da Autorização de Exploração – CAI.

§ 2º Nos casos aplicáveis ao disposto no Art. 10 desta Instrução Normativa, a compensação ambiental poderá estar prevista como condicionante na LAC.

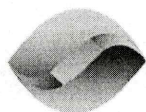
Art. 15 Deverá ser apresentado relatório fotográfico e georreferenciado do plantio das mudas, via e-Protocolo, em até 90 dias a partir da data de vencimento da Autorização de Exploração – CAI, sendo obrigatória a inclusão desta exigência nas condicionantes.

Art. 16 No caso de doação de mudas ao Município, será necessário apresentar comprovante e fotografias da doação, bem como informações sobre os locais de plantio, via e-Protocolo, em até 90 dias a partir da data de vencimento da Autorização de Exploração – CAI, sendo obrigatória a inclusão destas exigências nas condicionantes da autorização.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 A Autorização de Exploração – CAI terá validade de, no máximo, 3 (três) anos, prorrogável uma única vez e pelo prazo de 1 (um) ano, com exceção dos casos de Utilidade Pública e/ou Interesse Social que serão de até 05 anos, prorrogáveis por 01 (um) ano.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos previstos no Art. 10



desta Instrução Normativa, os quais devem seguir o disposto no Art. 11.

Art. 18 A solicitação para eventual renovação do prazo de validade da Autorização de Exploração - CAI, deverá ser protocolada pelo requerente na plataforma SINAFLORE+, acompanhada de justificativa técnica, a qual deverá ser analisada pelo respectivo Escritório Regional do Instituto Água e Terra que emitiu a Autorização de Exploração - CAI.

Art. 19 Os produtos e subprodutos florestais de origem nativa, só poderão ser transportados com o respectivo Documento de Origem Florestal – DOF, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Após realizar o corte devidamente autorizado, o detentor da Autorização de Exploração – CAI deverá fazer o registro da exploração no SINAFLORE+, informando o volume efetivamente explorado, para gerar os créditos no sistema DOF e possibilitar as respectivas transações florestais.

Art. 20 O órgão ambiental poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias de monitoramento, solicitar documentos e relatórios durante e após a execução das operações, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições e/ou condicionantes expressas na Autorização de Exploração – CAI e na LAC, e as garantias de suas ações reparadoras, mitigadoras e compensatórias.

Art. 21 Após a emissão da autorização, no caso de constatação de corte de indivíduos não incluídos na autorização, o requerente estará sujeito às sanções legalmente previstas, em especial a Lei Federal nº 9605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) cominado com o Decreto Federal 6.514/2008.

Art. 22 Para a realização de análise e vistorias, deve ser recolhido o valor da taxa ambiental de acordo com legislação estadual vigente.

Art. 23 Os casos omissos serão analisados pelo Instituto Água e Terra.



**INSTITUTO
ÁGUA E TERRA**

Art. 24 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**EVERTON LUIZ DA
COSTA**
SOUZA:46372164949

Assinado de forma digital por
EVERTON LUIZ DA COSTA
SOUZA:46372164949
Dados: 2025.04.29 14:56:37
-03'00'

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra



**INSTITUTO
ÁGUA E TERRA**

ANEXO I

MODELOS DE TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR SUPRES- SÃO DE ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREA RURAL, AUTORIZADAS PELO INSTI- TUTO ÁGUA E TERRA

Pelo presente instrumento, o **INSTITUTO ÁGUA E TERRA– IAT**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/MF sob nº 68.596.162/0001-78, com sede na Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.206, bairro Rebouças, Município de Curitiba Estado do Paraná, CEP 80215-100, neste ato representado pelo Chefe Regional de _____, o senhor _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, nomeado pelo Decreto Estadual nº _____ de _____ de _____ de 20____, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e de outro lado, _____, pessoa física, jurídica e ou sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CFP CNPJ/MF nº _____ localizada na _____, neste ato representado pelo senhor _____, profissão _____, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº _____, emitida em _____ pela Secretaria de Estado da _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIO** nos termos do § 6º, do art. 5º, da Lei Federal nº 7.347/1985 e art. 784, XII do Código de Processo Civil, da Lei Federal nº 13.105/2015, art. 10 da Lei Federal nº 6.938/1981, art. 17 do Decreto Federal nº 99.274/1990, celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO – TC**, em caráter irrevogável, e com força de Título Extrajudicial, estabelecido conforme as seguintes cláusulas e condições:

O presente **TC** visa o estabelecimento dos procedimentos em relação à compensação ambiental por supressão de árvores isoladas, autorizadas pelo **COMPROMITENTE**, no processo com recibo SINAFLOR nº _____, correspondente a _____ árvores, tendo em vista as exigências legais, mediante a adoção de medidas específicas para mitigar e compensar supressão de árvores isoladas, através do plantio de



INSTITUTO
ÁGUA E TERRA

_____árvores das espécies relacionadas na Tabela 01 anexada a este Termo de Compromisso, na proporção de 10 mudas para cada árvore cortada, no local _____ (propriedade em que será autorizado o corte).

O não cumprimento parcial ou integral das obrigações assumidas no Termo, dentro do prazo estabelecido, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** à aplicação das penalidades e sanções cabíveis nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e de seu Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo da reparação do dano ambiental causado.

O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/1985 c/c o art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/1998.

O Termo de Compromisso somente produzirá quaisquer efeitos após a assinatura do **COMPROMITENTE** e do **COMPROMISSÁRIO**.

Curitiba PR, ____de____ de 20__.

COMPROMITENTE

CHEFE REGIONAL - IAT

Nome:

RG:

CPF:

COMPROMISSÁRIO

Nome:

RG:

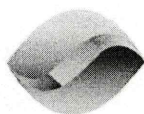
CPF:



Tabela 01: Modelo de tabela para indicação das espécies a serem plantadas para fins de Compensação Ambiental em Autorizações de Exploração na modalidade Corte de Árvore Isolada.

Árvore(s) suprimida(s)				Árvores para Compensação Ambiental			
Nº da árvore	Nome científico	Nome popular	A espécie consta nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção?	Nº da árvore*	Nome científico	Nome popular	Local de plantio
1				1			
				2			
				3			
				4			
				5			
				6			
				7			
				8			
				9			
				10			
2				1			
				2			
				3			
				4			
				5			
				6			
				7			
				8			
				9			
				10			

*Mínimo 10 árvores plantadas para cada 1 árvore suprimida



TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR SUPRESSÃO DE ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREA URBANA, AUTORIZADAS PELO INSTITUTO ÁGUA E TERRA

Pelo presente instrumento, o **INSTITUTO ÁGUA E TERRA– IAT**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/MF sob nº 68.596.162/0001-78, com sede na Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.206, bairro Rebouças, Município de Curitiba Estado do Paraná, CEP 80215-100, neste ato representado pelo Chefe Regional de _____, o senhor _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, nomeado pelo Decreto Estadual nº _____ de ____ de _____ de 20____, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e de outro lado, _____, pessoa física, jurídica e ou sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CFP CNPJ/MF nº _____ localizada na _____, neste ato representado pelo senhor _____, profissão _____, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº _____, emitida em _____ pela Secretaria de Estado da _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIO** nos termos do § 6º, do art. 5º, da Lei Federal nº 7.347/1985 e art. 784, XII do Código de Processo Civil, da Lei Federal nº 13.105/2015, art. 10 da Lei Federal nº 6.938/1981, art. 17 do Decreto Federal nº 99.274/1990, celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO – TC**, em caráter irrevogável, e com força de Título Extrajudicial, estabelecido conforme as seguintes cláusulas e condições:

O presente **TC** visa o estabelecimento dos procedimentos em relação à compensação ambiental por supressão de árvores isoladas, autorizadas pelo **COMPROMITENTE**, no processo com recibo SINAFLOR nº _____, correspondente a _____ árvores, tendo em vista as exigências legais, mediante a adoção de medidas específicas para mitigar e compensar supressão de árvores isoladas, através do plantio de _____ árvores das espécies relacionadas na Tabela 01 anexada a este Termo de Compromisso, na proporção de 10 mudas para cada árvore cortada, nos locais regularizados e aprovados pelo município de _____ Declaração Municipal nº _____.

O não cumprimento parcial ou integral das obrigações assumidas no Termo, dentro do prazo estabelecido, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** à aplicação das penalidades



**INSTITUTO
ÁGUA E TERRA**

e sanções cabíveis nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e de seu Decreto Federal nº 6.514/2008, sem prejuízo da reparação do dano ambiental causado.

O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/1985 c/c o art. 79-A da Lei Federal nº 9.605/1998.

O Termo de Compromisso somente produzirá quaisquer efeitos após a assinatura do **COMPROMITENTE** e do **COMPROMISSÁRIO**.

Curitiba PR, ____ de _____ de 20__.

COMPROMITENTE

CHEFE REGIONAL - IAT

Nome:

RG:

CPF:

COMPROMISSÁRIO

Nome:

RG:

CPF:



**Modelo de tabela para indicação das espécies a serem plantadas para fins de
Compensação Ambiental em Autorizações de Exploração na modalidade Corte
de Árvore Isolada.**

Árvore(s) suprimida(s)				Árvores para Compensação Ambiental			
Nº da árvore	Nome científico	Nome popular	A espécie consta nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção?	Nº da árvore*	Nome científico	Nome popular	Local de plantio
1				1			
				2			
				3			
				4			
				5			
				6			
				7			
				8			
				9			
				10			
2				1			
				2			
				3			
				4			
				5			
				6			
				7			
				8			
				9			
				10			

*Mínimo 10 árvores plantadas para cada 1 árvore suprimida

Requerimento para Erradicação ou Poda de Árvores

A
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

O(a) requerente abaixo identificado solicita a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Califormia, autorização para intervenção na vegetação em passeio público, com base nas informações e documentos fornecidos, sob os quais o requerente assume total responsabilidade e se compromete, sendo necessário, na reposição dos indivíduos, conforme modelo de plantio e lista de espécies baseada no Plano Municipal de Arborização Urbana.

1. Identificação 1.1. Requerente

RAZÃO SOCIAL/NOME PREFEITURA MUNICIPAL CALIFORMIA
CNPJ/CPF 75 771 279 0001-06 TELEFONE 3429 12-46
RG _____ DATA EXPEDIÇÃO _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____
ENDEREÇO/LOGRADOURO Rua 17 Dezembro
CEP _____ BAIRRO _____ MUNICÍPIO CALIFORMIA

1.2. Endereço do Imóvel

ENDEREÇO/LOGRADOURO - Rua Laranjeira, Rua Dezesseis de Junho, bairro municipal
CEP _____ BAIRRO _____ MUNICÍPIO _____

OBJETO DO PEDIDO:

() Corte ou poda de árvores por interferência (fiação, fachada etc...)

() Árvores em risco de queda

(X) Corte de Árvores para Substituição

Número de árvores 03

* 2 FIMBENTE-DA FALSA, * 1 IPE, * 1 Americana

JUSTIFICATIVA/FINALIDADE

Árvores em risco de queda em Residência, e substituição por conta de Tráfego de pedestres.

Assinatura

Nestes termos, pede aprovação.

Data 01 de Abril de 2005

ASSINATURA DO(A) REQUERENTE

Parâmetro da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente

Após Remoção das Árvores, deve fazer novo plantio em locais de acordo com o plano de arborização.

INSTITUTO
ÁGUA E TERRASecretaria do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST
Instituto Água e Terra - IATNúmero do
0945/2025
Data Emissão
15/04/2025
Validade da Autorização
45 dias

REQUERIMENTO DE MUDAS

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

CPF/CNPJ 75.771.279/0001-06	Nome/Razão Social - Nome Fantasia PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA			
RG/Inscrição Estadual	Órgão Emissor/UF	Sexo	Estado Civil	Fone 4334291242
Município / UF Califórnia/PR	CEP 86.820-000	e-mail pmcalifornia@uol.com.br		
Logradouro e Número Rua 17 de dezembro, 149		Bairro Centro		

2 - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE(Obrigatório para PJ)

CPF 049.302.529-46	Nome PAULO SÉRGIO CHILEIDE	
RG	Órgão Emissor UF	e-mail gabinete@california.pr.gov.br

3 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel		Área do Imóvel	
Tipo Documento	Comarca	Ofício	
Matrícula	Livro	Folha	
Coordenadas UTM do	Logradouro e Número		
Bacia Hidrográfica Tibagi	Bairro	Município / UF Califórnia/PR	CEP

4 - REQUERIMENTO

Descrição
mudas nativas e frutíferas para plantio em área degradada da prefeitura de Califórnia.

Finalidade da Restauração Eventos com Plantio	Área de Plantio 1,00 ha	Coordenadas UTM Área de 464440.0 - 7383550.0
--	----------------------------	---

Ibiporã, 01 de Abril de 2025

As informações consignadas pelo proprietário no cadastro, são de inteira responsabilidade do
subscritor, podendo responder administrativa, civil e criminal, no caso da não veracidade.

Assinatura do Representante ou Requerente

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Representante / Requerente

5 - DADOS TÉCNICOS DO IAP

Técnico Responsável HENRIQUE SCREMIN	Unidade Produção Origem Viveiro Florestal - ERLON	Unidade Produção Atendente N/A
---	--	-----------------------------------

Método Restauração
Plantio

Item	Quantidade
Muda, Cedro-rosa - Cedrela fissilis, Tubete 115 cc	250
Muda, Pau-viola / Tucaneiro - Citharexylum myrianthum, Tubete 115 cc	250
Muda, angico-gurucaia (gurucaia) - Parapiptadenia rigida, Tubete 115 cc	250
Muda, farinha-seca - Albizia polycephala, Tubete 115 cc	250
Muda, ipê-amarelo - Handroanthus chrysotrichus, Tubete 115 cc	250
Muda, jequitiba, jequitiba-branco - Cariniana estrellensis, Tubete 115 cc	250
Total	1.500

6 - ORIENTAÇÃO TÉCNICA

HORÁRIO PARA RETIRADA DAS MUDAS NO VIVEIRO

07:00 - 11:30 - (almoço) - 12:00 - 15:30

RECOMENDAÇÕES PARA O PLANTIO

- 1 - Fazer o preparo da área removendo plantas daninhas, pedras ou outros detritos que possam atrapalhar o crescimento das mudas. Se houver capim ou outra vegetação rasteira no local, é recomendado capina.
- 2 - Realizar a abertura de covas com dimensões mínimas de 30cm de diâmetro X 40cm de profundidade.
- 3 - Efetuar a aplicação de calcário e adubação na cova, conforme análise de solo ou recomendação técnica.
- 4 - Isolar o local ou identificar as mudas com estacas a fim de garantir que elas não sejam pisoteadas e destruídas.

RECOMENDAÇÕES APÓS O PLANTIO

Após o plantio, é fundamental que todas as mudas recebam manutenção adequada, com a realização de regas (se necessário, principalmente nos

Califórnia/PR, 03 de Abril de 2025

Autorizo a entrega das mudas requeridas ao requerente.

Assinatura do Chefe da Regional ou Coordenador

Autorizado via sistema SGA

HENRIQUE SCREMIN

Assinatura do Viveirista

Para uso do viveiro

Data Entrega: ____/____/____.

Responsável pela entrega: _____

25/05/25

WALDOMIRO L. DA
SILVA

043 991972625



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua São Francisco, 84 – Caixa Postal 36 – Telefone (43) 3429-1242 Ramal 235
CEP: 86820-000 – Califórnia – Estado do Paraná

Of. 678/2025

Califórnia, 13 de agosto de 2025

Ao: **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**

De: **Secretaria Municipal de Educação**

Assunto: Solicitação de realocação do acervo da Biblioteca Cidadã Mauro Pazini

Senhor Prefeito,

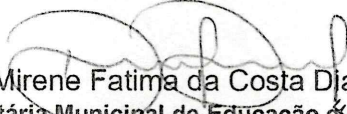
Considerando a baixa adesão da população ao uso do espaço onde atualmente se encontra a **Biblioteca Cidadã Mauro Pazini**, bem como a dificuldade de deslocamento dos alunos das escolas municipais até o centro da cidade — situação que pode ocasionar eventuais problemas de ordem comportamental durante o trajeto —, vimos, respeitosamente, **solicitar que seja analisada a possibilidade de realocar o acervo da referida biblioteca para uma das salas disponíveis no Clube do Irmão Caçula.**

Ressaltamos que grande parte dos alunos das escolas municipais está sendo atendida nas atividades realizadas no **Clube do Irmão Caçula**, local que dispõe de um espaço adequado e de fácil acesso, inclusive para a comunidade do entorno. Há, inclusive, uma sala localizada próxima à rua que poderia ser adaptada para atender às necessidades de organização e conservação do acervo.

Acreditamos que a mudança contribuirá significativamente para **ampliar o acesso à leitura e incentivar o hábito literário entre crianças e jovens**, tornando o acervo mais próximo e acessível ao público que mais se beneficiará dele.

Diante do exposto, solicitamos que esta proposta seja analisada com a devida atenção, dentro das possibilidades administrativas do Município.

Atenciosamente,


Mirene Fatima da Costa Dias
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 019/2025

Mirene Fatima da Costa Dias
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 019/2025



Memorando 65/2025

Califórnia-Pr, 02 de Setembro de 2025.

Para:
Excelentíssimo Senhor
PAULO SERGIO SHILEIDE
MD. Prefeito Municipal

Assunto: Solicitação de espaço amplo e salas adequadas para o desenvolvimento das atividades esportivas e administrativas da Secretaria Municipal de Esportes

A **Secretaria Municipal de Esportes** vem, por meio deste, **apresentar a necessidade urgente de um espaço físico mais amplo e estruturado**, que contemple salas adequadas para as atividades esportivas, administrativas e de armazenamento de materiais, a fim de garantir o bom funcionamento das ações desenvolvidas pela pasta e acompanhar o **crescimento expressivo da adesão da comunidade** às práticas esportivas oferecidas.

Nos últimos meses, observamos uma **ampliação significativa na procura pelas modalidades esportivas** promovidas pela Secretaria. Essa resposta positiva da população reflete o impacto social e educacional que o esporte tem gerado em nosso município, estimulando hábitos saudáveis, integração comunitária e o desenvolvimento de novos talentos.

Entretanto, o **espaço atualmente disponível é limitado e não comporta a expansão necessária** para atender de forma adequada às novas demandas.

1 Modalidades em expansão

- A modalidade de **Tênis de Mesa** tem sido uma das mais procuradas, porém **não pôde ser iniciada até o momento por falta de um local apropriado para instalação das mesas e equipamentos**, o que inviabiliza o atendimento à população interessada.
- A modalidade de **Xadrez** também apresenta **alta adesão**, com **todas as vagas preenchidas** e uma lista de espera crescente. No entanto, a **ausência de um espaço exclusivo** para sua prática impede a ampliação das turmas e a organização adequada das atividades.

2 Projetos oficiais habilitados

Informamos ainda que seguem **em anexo os projetos já habilitados e vinculados ao Governo**, referentes às modalidades de **Ginástica Rítmica e Capoeira**.

Ambos os projetos estão prontos para início, porém a **execução plena depende diretamente da disponibilidade de um espaço físico adequado**, que permita a instalação dos equipamentos e a realização das aulas de forma segura e organizada.

3 Estrutura administrativa e operacional

No que diz respeito à parte interna da Secretaria, **não dispomos de uma sala administrativa nem de almoxarifado próprio**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

E-mail: esporte@california.pr.gov.br - Telefone (43) 3429-1242-Ramal 253
Rua 17 de dezembro, 149 - CEP: 86820-000 - Estado do Paraná

Essa carência estrutural tem **dificultado o atendimento individualizado à comunidade**, especialmente quando há necessidade de conversas mais prolongadas, atendimentos técnicos ou reuniões internas.

Além disso, a **ausência de um local apropriado para armazenamento** obriga que materiais esportivos como bolas, cones, caixas e equipamentos diversos **fiquem expostos ou empilhados em locais improvisados**, o que compromete a estética, a funcionalidade e a segurança do ambiente de trabalho.

Justificativa geral

Diante do exposto, reforçamos que a **disponibilização de um espaço mais amplo e adequado é essencial** não apenas para o funcionamento das atividades já existentes, mas também para **acomodar o crescimento constante da demanda esportiva e garantir o bom andamento dos projetos municipais e governamentais** vinculados à Secretaria.

Com um ambiente adequado, poderemos:

- Ampliar o número de vagas ofertadas nas modalidades existentes;
- Dar início às novas modalidades que estão aguardando espaço;
- Proporcionar melhores condições de trabalho à equipe técnica e administrativa;
- Elevar a qualidade do atendimento e da experiência dos munícipes que participam das atividades esportivas.

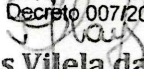
Assim, solicitamos a **análise e providências cabíveis** para a **destinação de um espaço físico mais amplo**, que contemple:

- **Salas para as modalidades esportivas (Tênis de Mesa, Xadrez, Ginástica Rítmica e Capoeira);**
- **Sala administrativa para atendimento e reuniões;**
- **Espaço destinado a almoxarifado e organização dos materiais esportivos.**

Certos de contarmos com a compreensão e o apoio dessa gestão, reiteramos nosso compromisso com o desenvolvimento do esporte no município, entendendo-o como **ferramenta fundamental de inclusão, saúde e transformação social**.

Atenciosamente,

Thais de J. V. da S. Medeiros
Deputada Municipal de
Esportes e Lazer
Decreto 007/2025


Thais Jesus Vilela da Silva Medeiros
Secretaria de Esportes e Lazer





REGISTRO DE IMÓVEIS - COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL

Rua Sílvio Beligni, 380, centro, Marilândia do Sul, PR, CEP: 86825-000 – fone: (43) 34281455

Mauro Pinto de Andrade

Oficial

Denis Lourivaldo Correr

Substituto Imediato

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Denis Lourivaldo Correr
Substituto ImediatoLIVRO Nº 02 - REGISTRO
GERAL

MATRÍCULA

19.208

FICHA

1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MARILÂNDIA DO SUL - PR

Marilândia do Sul,

15/Abril/2016

de

de

IMÓVEL: LOTE DE TERRAS n.01, (ÁREA INSTITUCIONAL/ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO), da Quadra nº.03, com área de formato irregular, contendo 21.843,26m², situado no Loteamento "AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL I", no quadro urbano da cidade e município de Califórnia, nesta Comarca de Marilândia do Sul, PR, dentro das seguintes divisas, confrontações e metragens: "**FRENTE:** Confronta com PARTE DA RUA PROJETADA (D), no rumo 9°50'00"NE na distância de 46,05 metros. Confronta em desenvolvimento de curva de 197,23 metros com raio de 585,00 metros; **DE UM LADO:** Confronta com PARTE DA RUA PROJETADA (C), em desenvolvimento de curva de 7,76 metros com raio de 5,00 metros na distância de 107,03 metros e também com desenvolvimento de curva de 7,85 metros com raio de 5,00 metros; **FUNDOS:** Confronta com a RUA PROJETADA (B), na distância de 139,24 metros, e em desenvolvimento de curva de 6,10 metros com raio de 10,00 metros; **DE OUTRO LADO:** Confronta com Parte da Rua Projetada (A), no rumo NE44°25'50"SE na distância de 113,44 metros, e em desenvolvimento de curva de 6,57 metros com raio de 3,00 metros.

a divisa lateral do lote nº 02, com 16,35 metros." (Resp.Técnico, Augusto Ciskoski, Engº. Civil, Crea PR. 12.675-D, ART.nº.20153589916).

PROTOCOLO nº. 66.399, aos 18/03/2016, deste Ofício.

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.771.279/0001-06, com sede na Rua 17 de dezembro, nº. 149, centro, na cidade de Califórnia, PR, neste ato representada por sua Perfeita em exercício, ANA LUCIA MAZETO GOMES, bras., casada, professora, port. da CI.RG.nº3.108.113-0-SSP/PR e CPF.nº. 436.230.429-00, natural de Guaraci, PR, nascida aos 03/12/1961, filha de Santo Mazeto e Maria Leontina Mazeto, res/na Av. 17 de Dezembro, nº. 302, em Califórnia, PR.

TÍT.ANT: Matrícula nº. 18.507, L.02, deste Ofício. Dou fé. Eu, que digitei e subscrevi.

Denis Lourivaldo Correr
Substituto Imediato

09/04/2016